

Ainda em pauta a representação política ^{D.F.} *elaboração*

Rejeitada por mais de vinte vezes no Congresso Nacional, a representação política para o Distrito Federal continua sendo pleiteada. Restam em tramitação duas propostas de emenda à Constituição: uma do deputado Epitácio Cafeteira (PMDB-MA), que prevê representação a nível federal — deputados e senadores — e outra do senador Itamar Franco (PMDB-GO) criando uma Assembléia Legislativa no Distrito Federal.

Estes projetos deverão ser votados dentro de pouco tempo, possivelmente ainda este ano. Quando isto acontecer, as forças de pressão que estarão atuando serão, na certa, bastante diferentes daquelas que estiveram presentes na época de votação dos demais projetos.

A mais concreta expressão destas forças foi, sem dúvida, o Seminário sobre Representação Política no Distrito Federal, realizado no último fim de semana. Promovido por 53 entidades — sindicatos, associações de classe e comunitárias e núcleos locais do PMDB, PDT e PT — o Seminário fez ressurgir a idéia de uma ampla campanha pela representação política e teve como saldo, algumas propostas concretas de encaminhamento desta luta, que, se levadas à frente, poderão reverter a tendência predominante no governo, de negar o direito de votar e ser votado ao brasileiro. De acordo com as resoluções aprovadas pelas 27 entidades que participaram das discussões dos temas

propostos, no domingo, dia 26, será formado até o dia 16 de novembro, data da primeira reunião, um Comitê pelo Voto no Distrito Federal, constituído por representantes de todas as entidades promotoras e outras que mostrarem-se interessadas em participar. Este Comitê elegerá uma comissão executiva e comitês zonais em cada cidade-satélite. Foi aprovado também o apoio à Emenda nº 85/80 do deputado Epitácio Cafeteira, que propõe a representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, "como forma inédita de atendimento, ainda que parcial, dos legítimos reclames da população do DF".

DOCUMENTO

O documento final do Seminário inclui outras propostas, e lembra que "os brasileiros querem participar, como cidadãos, na resolução dos problemas nacionais e regionais, elegendo representantes tanto no poder Legislativo quanto no Executivo. Sendo assim, prossegue: "entendemos que a representação política que interessa à população do Distrito Federal deva ser em todos os níveis — "federal e local".

Lembrando que a representação política foi extinta pela Constituição de 1967, o documento faz uma cobrança aos deputados e senadores no sentido de que "é chegado o momento de saldar esta dívida com a população brasileira", e

promete, em contrapartida, a mobilização popular em apoio "aos projetos que contribuam com a representação desejada".

Esta mobilização, de acordo com a proposta do Seminário, deverá envolver todos os segmentos da comunidade brasileira, unidos em torno deste objetivo, independentemente de suas concepções políticas e de sua situação de classe. Caberá, assim, às entidades levar as suas bases a discussão, vinculando-as aos problemas e lutas da comunidade. As formas que cada entidade encontrará para melhor intensificar e popularizar o movimento junto aos trabalhadores são inúmeras e incluem eventos sociais — festas, forrós, etc. — até os políticos, como os comícios. O papel dos partidos políticos foi considerado indispensável. Caberá a eles, através de seus diretórios locais, desenvolver também promoções próprias e participar das campanhas propostas pelo Comitê pelo Voto, com a ajuda de seus militaristas.

O movimento pela representação política tem o seu êxito condicionado ao caráter popular que alcançar. Com isto concordam parlamentares, representantes de entidades e pessoas interessadas que participaram do Seminário sobre Representação Política. Esta iniciativa, ao contrário de outras manifestações da comunidade pela representação política, reuniu entidades representativas que talvez, constituam uma indicação deste caráter popular. Foi a primeira vez, também que um número tão

grande de entidades votou e aprovou um programa comum para lutar pela restituição do direito de voto aos habitantes do Distrito Federal.

O antigo Comitê Pró-Representação Política, formado por quase 30 entidades e criado em 78 em uma reunião comemorativa dos 18 anos de Brasília na Associação Comercial do DF, não funcionou. A principal razão apontada por um dos seus membros, foi a desvinculação e desmobilização da comunidade, mas principalmente, porque acabou se reduzindo a uma reunião de poucas pessoas, onde ficou, desde cedo, muito claro o interesse pessoal dos participantes.

A primeira vez que surgiu em Brasília a discussão sobre representação política publicamente, foi em 1977, quando foi lançada uma Carta de Brasília em uma reunião na Associação Comercial. Depois foi criado Comitê Pró-Representação Política em 1978, e logo em seguida surgiram em Taguatinga e Sobradinho comitês independentes, que também não conseguiram se afirmar. A última vez que voltou a se discutir representação política, foi num Seminário sobre a Região Geoeconômica, coordenada pelo Sindicato dos Engenheiros e outras entidades, onde constava da pauta um debate sobre o assunto.

Virginia Galvez